

Sindicato quer transparência

O presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União), Aparício Mendes, é a favor da abertura do Centro Gráfico do Senado (Cegraf) para que a opinião pública tome conhecimento do trabalho que é feito na gráfica.

Ele condena uso abusivo da máquina pública em campanhas eleitorais.

Para Mendes, o fato de o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ter-se utilizado irregularmente da gráfica - motivo pelo qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou sua candidatura à reeleição como senador pelo PMDB da Paraíba - não justifica a transferência do serviço para o setor privado.

Sigilosos - "A gráfica do Senado é estratégica, desde que usada dentro dos padrões éticos", ressalta Mendes.

Em sua opinião, certos trabalhos impressos na gráfica devem ser sigilosos, até sua aprovação em plenário.

Não se justifica, segundo ele, que o setor privado tome conhecimento antes de sua legalização.

Ele cita como exemplo o Orçamento Geral da União, que é impresso no Cegraf.

Outro exemplo citado pelo presidente do Sindilegis é o relatório final da CPI da Máfia do Orçamento, que foi impresso na gráfica durante a madrugada do dia 20 de janeiro.

A seu ver, transferir o serviço gráfico legislativo para o setor privado "é dar a guarda do galinheiro às raposas".

"Se cumpridas as verdadeiras finalidades para as quais foi criada, a gráfica pode realizar um trabalho indispensável e de maior importância para o desempenho do mandato e a um custo menor que o da empresa privada", observa.

Ele ressalta que, transferido para o setor privado o serviço realizado no Cegraf, o "bolso do contribuinte" seria onerado com a cartelização.